



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2018**  
**(Do Sr. Rômulo Gouveia)**

**Acresce dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências” para criar mecanismo de controle nas compras públicas.**

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º O art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:

“Art. 27.....  
.....

§ 1º. As empresas que tiverem relação com servidor público, agente público ou detentor de cargo eletivo que possa influir no resultado do processo licitatório ficarão impedidas de contratar com a



administração pública enquanto perdurar a relação.

§ 2º. No ato da apresentação da documentação a que se refere este artigo as empresas interessadas deverão informar sobre a existência ou não de relação como a descrita no § 1º.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nosso objetivo ao apresentar este projeto é preservar a rigidez das contratações públicas e fortalecer os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, que norteiam toda a atuação administrativa.

Busca-se afastar o conflito de interesses entre os prestadores de serviços, fornecedores de produtos ou empreiteiros de obras públicas e os agentes públicos vinculados à Administração Pública. Importante conceituar, para melhor compreensão do escopo deste projeto de lei, conflito de interesses. Sucintamente, tem-se por conflito de interesses a convivência entre o interesse, seja pessoal, profissional ou econômico, de agentes públicos e particulares, bem como instituições, e o melhor interesse público.

Particulares que mantenham laços com agentes públicos não podem ser beneficiados pela Administração em razão desse vínculo. O que se propõe aqui é transparência nas licitações, para afastar tanto desvios na contratação quanto as dúvidas que muitas vezes ocorrem, mesmo quando não há conflito de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

interesses nem se enseja possibilidade de fraude. Em qualquer caso, a medida resultará em maior credibilidade para o processo e para as partes envolvidas.

Convicto do mérito e da conveniência do projeto, peço aos nobres pares seus votos para que juntos possamos aprová-lo no menor prazo possível.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2018.

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**  
**PSD/PB**